



Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV



Código	PCPR-DL-4401-6987
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Elite (N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

**Direito Penal****Questão 01**

Com intenção de matar Mário, Lúcio adquiriu, de forma clandestina, uma arma de fogo e munições. Após monitorar a rotina da vítima, Lúcio aguardou Mário sair do trabalho e, enquanto ele caminhava em direção ao seu veículo, Lúcio sacou a arma e disparou uma única vez, atingindo-o. Mesmo possuindo ainda quatro projéteis intactos na arma, Lúcio sentiu repentino remorso, guardou a arma e ligou para o serviço de emergência. Mário foi socorrido, mas, apesar de todo o esforço médico empregado, veio a falecer dias depois no hospital em decorrência exclusiva dos ferimentos causados pelos disparos. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O caso narrado configura desistência voluntária, uma vez que Lúcio interrompeu voluntariamente a execução do homicídio quando ainda dispunha de meios para prosseguir, devendo, portanto, responder apenas pelo delito de lesão corporal.
- (B) O caso narrado configura arrependimento eficaz, pois Lúcio exauriu os meios de execução que seriam suficientes para atingir o resultado almejado, contudo, agiu positivamente para evitá-lo, devendo, portanto, responder apenas pela tentativa de homicídio.
- (C) A intervenção de Lúcio ao chamar o socorro não exclui a tipicidade, uma vez que o resultado morte efetivamente ocorreu por consequência direta de sua conduta, devendo ele responder por homicídio consumado, sem prejuízo da aplicação de atenuante genérica.
- (D) O caso narrado configura arrependimento posterior, pois Lúcio buscou minimizar as consequências do crime praticado logo após a sua consumação ao chamar o socorro médico, o que enseja a redução da pena do homicídio de um a dois terços.
- (E) O caso narrado configura crime impossível por ineficácia relativa do meio empregado, pois a intervenção médica quase evitou o resultado, demonstrando que a conduta do agente não era inequivocamente apta a garantir a consumação inicialmente pretendida.

Questão 02

Bruno, servidor público estadual lotado no setor administrativo de uma delegacia, sabia que os notebooks apreendidos em diversas investigações ficavam guardados em sala sob a responsabilidade exclusiva de Carla, servidora encarregada da custódia do material. Certo dia, Carla, apressada para sair mais cedo, deixou a sala destrancada e a chave sobre a mesa, em descumprimento ao protocolo de guarda. Bruno, que circulava livremente pelo prédio em razão do cargo, aproveitou a oportunidade, subtraiu dois notebooks e os vendeu a terceiro não identificado.

Apurados os fatos, ambos foram condenados por sentença transitada em julgado. Somente depois do trânsito em julgado, Carla ressarciu integralmente ao Estado o valor dos equipamentos.

Considerando a situação hipotética e o Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Bruno responde por peculato-furto, e Carla, por peculato culposo, cuja pena será reduzida de um a dois terços, em razão da reparação voluntária do dano.
- (B) Bruno responde por furto qualificado pelo abuso de confiança, porque não detinha a posse dos notebooks em razão do cargo, e Carla, por peculato culposo.
- (C) Bruno responde por peculato-furto, e Carla, por peculato culposo, cuja pena, em razão da reparação do dano posterior à sentença irrecorrível, será reduzida de metade.
- (D) Bruno responde por peculato-furto, e Carla terá extinta a punibilidade, porque a reparação integral do dano no peculato culposo produz esse efeito a qualquer tempo.
- (E) Bruno e Carla respondem por peculato-furto, ela como partícipe, pois sua negligência concorreu para a subtração, admitida a redução pela menor importância.

**Questão 03**

João foi condenado por sentença penal transitada em julgado a uma pena restritiva de liberdade de 8 anos e 9 meses de reclusão e 1 ano, 11 meses e 10 dias de detenção, além de pena de múltiplos dias-multa. Em seguida, ajuizou-se execução fiscal, no dia 16/11/2016, com a finalidade de cobrar dívida ativa referente à multa penal cominada cumulativamente com a pena privativa de liberdade. O executivo fiscal restou suspenso no dia 27/04/2017, tendo em vista que não foram encontrados bens sobre os quais pudesse recair a penhora. Sem alteração no quadro fático, em 15/06/2023, o advogado de João juntou aos autos da execução fiscal uma exceção de pré-executividade na qual alegou exclusivamente a ocorrência de prescrição intercorrente na espécie. Diante dessa situação fático-normativa, conforme a legislação tributária aplicável e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, caberá ao magistrado responsável pelo caso:

- (A) acolher a exceção e extinguir a execução fiscal em razão do reconhecimento da prescrição intercorrente quinquenal, descabendo condenação em honorários advocatícios;
- (B) rejeitar a exceção e prosseguir com a execução fiscal em razão da natureza penal da multa e da inocorrência do prazo prescricional regido pelo Código Penal;
- (C) rejeitar a exceção e extinguir a execução fiscal em razão da impropriedade desse instrumento processual para cobrar multas penais;
- (D) acolher a exceção e extinguir a execução fiscal, com a condenação em honorários advocatícios, em razão da ocorrência das causas suspensivas e interruptivas da legislação tributária;
- (E) rejeitar a exceção e prosseguir com a execução fiscal em razão de o termo inicial de contagem da prescrição intercorrente tributária ser o arquivamento dos autos, e não o término da suspensão anual do executivo.

Questão 04

Em março de 2021, Fernando praticou crime de apropriação indébita contra Luciano, seu ex-sócio, que tomou ciência inequívoca da autoria no mesmo mês, mas, por acreditar em futura conciliação, não adotou providências imediatas. Em agosto de 2021, Fernando restituiu integralmente o valor apropriado, antes do recebimento de denúncia ou queixa. Em janeiro de 2022, Luciano noticiou às autoridades estatais o crime praticado por Fernando, tendo o Ministério Público oferecido denúncia em março de 2022, a qual foi recebida. No decorrer da ação penal, dias antes da apreciação do recurso de apelação em face da sentença condenatória, sobreveio lei que passou efetivamente a exigir representação da vítima como condição de procedibilidade em relação ao crime de apropriação indébita, sem dispor expressamente sobre sua aplicação a fatos anteriores. Dias após o trânsito em julgado da condenação, Fernando veio a falecer. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A restituição integral do valor configura arrependimento posterior, extinguindo a punibilidade de Fernando.
- (B) A representação é intempestiva, operando-se a decadência, que não é afastada pela lei superveniente.
- (C) A superveniência de lei exigindo a representação somente retroage em caso de crime contra a vida.
- (D) A punibilidade é extinta pela morte de Fernando, sendo irrelevante a análise de outras causas excludentes.
- (E) A nova lei é mais benéfica ao acusado e retroage para convalidar a representação originalmente intempestiva.

Direito Processual Penal**Questão 05**

Na investigação de um homicídio, policiais ingressaram em residência sem mandado judicial e sem fundadas razões que indicassem situação de flagrante, e apreenderam um celular cujo conteúdo levou à identificação de Gilberto, testemunha presencial do crime. Ficou documentado, contudo, que outra equipe da mesma delegacia já havia chegado a Gilberto dias antes, por meio de entrevistas de rotina com moradores da região, registradas em relatório anterior ao ingresso no imóvel.

No local do crime, antes da chegada do perito, um investigador recolheu um estojo de munição deflagrado e o guardou no bolso, para "evitar que se perdesse com a chuva".



Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Declarado inadmissível o conteúdo do celular, o juiz que dele conheceu fica impedido de sentenciar, regra que o STF manteve ao julgar o juiz das garantias.
- (B) O depoimento de Gilberto deve ser desentranhado, pois, reconhecida a ilicitude da prova originária, a contaminação alcança a derivada ainda que exista fonte autônoma.
- (C) O recolhimento do estojo pelo investigador gera nulidade absoluta da prova, pois a coleta de vestígios deve ser feita exclusivamente por perito oficial.
- (D) O recolhimento do estojo antes da liberação do local pelo perito configura, em tese, crime de desobediência, por violação da ordem legal de isolamento.
- (E) O depoimento de Gilberto pode ser admitido, pois a prova derivada da ilícita é aproveitável quando obtida por fonte independente da prova originária.

Questão 06

Teresa foi vítima de difamação praticada, em coautoria, por Otávio e Sílvio, que divulgaram, em grupo de mensagens dos moradores de seu condomínio, fatos ofensivos à sua reputação. Teresa tomou conhecimento da autoria de ambos no mesmo dia.

Dois meses depois, por meio de advogado com poderes especiais, Teresa ofereceu queixa-crime apenas contra Otávio. Na própria petição, registrou que reconhecia a participação de Sílvio, mas deixava de incluí-lo porque ele era seu cunhado e ela não desejava "criar problemas na família".

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre a ação penal privada e a jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão deliberada de Sílvio importa renúncia tácita ao direito de queixa em relação a ele, que se estende a Otávio, extinguindo-se a punibilidade de ambos.
- (B) O Ministério Público, que vela pela indivisibilidade, deve aditar a queixa para incluir Sílvio no polo passivo, mantendo-se a ação penal contra os dois querelados.
- (C) Opera-se a perempção em relação a Sílvio, pois Teresa deixou de promover o andamento da ação contra ele, prosseguindo a ação penal apenas contra Otávio.
- (D) A queixa é válida contra Otávio, e Teresa poderá oferecer nova queixa contra Sílvio, desde que dentro do prazo decadencial de seis meses.

- (E) A renúncia tácita alcança apenas Sílvio, pois a extensão aos demais autores do crime é efeito próprio do perdão aceito pelos querelados.

Questão 07

No curso de inquérito policial que apura crimes contra a administração pública, surgiram dúvidas sobre a atuação do delegado de polícia e o regime jurídico da investigação. Analise as afirmativas a seguir.

I. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, a materialidade e suas circunstâncias.

II. O inquérito em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.

III. Segundo a jurisprudência do STF, é legítimo que o juiz, a requerimento do Ministério Público, determine ao delegado o indiciamento do investigado, por se tratar de providência que apenas formaliza suspeita já existente nos autos.

IV. O defensor do investigado tem direito de acesso amplo aos elementos de prova já documentados no inquérito, direito que se estende às diligências ainda em andamento, como interceptação telefônica em execução, em nome da paridade de armas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**Questão 08**

Quanto aos processos e julgamentos relativos aos crimes dolosos contra a vida, avalie as afirmativas a seguir. I. O Artigo 478 do Código de Processo Penal é taxativo, podendo, portanto, ser feita a leitura da decisão que decretou a preventiva e da folha de antecedentes do acusado em plenário. II. O quesito obrigatório absolutório, presente no inciso III do Artigo 483 do Código de Processo Penal, em consonância com o princípio da íntima convicção dos jurados, impede que o Ministério Público recorra quando há a absolvição do acusado com base neste quesito, visto que o jurado pode, simplesmente, perdoar o réu. III. Caso a tese da defesa seja a negativa de autoria e os jurados responderem positivamente acerca da autoria na quesitação, mas absolverem o réu no quesito genérico, é possível julgamento de apelação com determinação de realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, com base no Artigo 593, III, d, do Código de Processo Penal, ou seja, decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, salvo se houver tese de clemência especificada com clareza na ata da sessão compatível com a Constituição, razão pela qual não é considerada válida, para estes fins, a tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio ou tentativa de feminicídio. Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante**Questão 09**

Lucas foi capturado pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul com seis gramas de cocaína, ocasião em que afirmou que o material entorpecente se destinaria a uso próprio. Posteriormente, em conversa com seu advogado, Lucas foi informado de que, em razão da conduta praticada, poderá estar sujeito às penas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a um programa ou curso educativo. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, avalie as afirmativas a seguir. I. Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o Juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. II. A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas. III. As penas de prestação de serviços à comunidade e a medida educativa de comparecimento a um programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de seis meses, salvo em caso de reincidência, hipótese em que o prazo máximo será de doze meses. Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 10

Pedro, réu primário, foi condenado, em março de 2020, à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos, em regime inicialmente fechado, por cometimento de crime hediondo com resultado morte. Quando já havia cumprido 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses da pena, foi surpreendido por um agente penitenciário, portando um aparelho telefônico apto a estabelecer comunicação com o ambiente externo. Neste caso, nos termos da Lei de Execuções Penais (LEP), é correto afirmar que

- (A) Pedro cometeu falta leve, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer



comunicação com o ambiente externo ou quando apresentar reincidência na conduta de portar aparelho telefônico ou similar. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.

- (B) Pedro cometeu falta grave, pois a LEP não faz distinção, para fins de qualificação da conduta como falta grave, entre os atos de portar e utilizar efetivamente aparelho telefônico para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.
- (C) Pedro não cometeu falta leve ou grave, pois a LEP não qualifica como falta a conduta do detento de, tão somente, portar aparelho telefônico, sendo necessário o flagrante de efetiva comunicação com o ambiente externo através do aparelho telefônico para a configuração da respectiva falta. Portanto, Pedro poderá progredir de regime, quando houver cumprido 50% (cinquenta por cento) do montante da pena.
- (D) Pedro cometeu falta grave, ainda que não tenha sido flagrado, efetivamente, estabelecendo comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será interrompido. Caso em que o reinício de sua contagem terá como base a pena remanescente.
- (E) Pedro cometeu falta média, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será majorado para 60% (sessenta por cento) da pena fixada em sentença.

Questão 11

A Vara de Família de determinada comarca deferiu, em favor de Denise, medida protetiva de proibição de aproximação de seu ex-companheiro, Rafael. Ciente da decisão, Rafael foi até a casa de Denise e, durante discussão, por razões da condição do sexo feminino, desferiu-lhe tapas que causaram lesões corporais leves. Vizinhos acionaram a polícia, e Rafael foi preso em flagrante e apresentado à delegada de plantão, Sabrina.

Na delegacia, Denise declarou que não desejava "ver o pai de seus filhos processado" e pediu que nada fosse feito quanto às agressões.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta quanto à atuação da autoridade policial.

- (A) A delegada deve lavrar o auto de prisão em flagrante, sem arbitrar fiança quanto ao descumprimento da medida, e a ação penal pela lesão corporal independe da vontade de Denise.
- (B) A delegada pode arbitrar fiança quanto ao descumprimento da medida protetiva, por se tratar de crime punido com detenção de três meses a dois anos.
- (C) Como a medida protetiva foi deferida por juízo cível, Rafael não responde pelo crime de descumprimento, subsistindo apenas a lesão corporal contra Denise.
- (D) Por se tratar de lesões leves, a delegada deve lavrar termo circunstanciado e encaminhar o caso ao Juizado Especial Criminal, para eventual transação penal.
- (E) A delegada deve colher a manifestação de Denise como representação e, diante de sua recusa, deixar de instaurar inquérito quanto à lesão corporal.

Questão 12

Em investigação sobre organização criminosa dedicada ao contrabando de cigarros, o delegado de polícia avalia os meios especiais de obtenção de prova previstos na Lei nº 12.850/2013. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, pode celebrar acordo de colaboração premiada com o investigado e seu defensor, com a manifestação do Ministério Público.
- II. O retardamento da intervenção policial, na ação controlada, depende de prévia autorização judicial, que fixará o prazo máximo da medida e indicará os agentes responsáveis por seu acompanhamento.
- III. Nenhuma medida cautelar real ou pessoal, o recebimento da denúncia ou a sentença



condenatória poderão ser decretados ou proferidos com fundamento apenas nas declarações do colaborador.

IV. A infiltração de agentes de polícia, representada pelo delegado ou requerida pelo Ministério Público, depende de autorização judicial e será concedida por até seis meses, sem prejuízo de renovações, desde que comprovada sua necessidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

Direito Constitucional

Questão 13

Em grupo de estudos para concurso, cinco candidatos resumiram, cada um, um ponto de teoria da Constituição. Considerando a doutrina constitucional majoritária, o texto da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O poder constituinte derivado decorrente, exercido pelas Assembleias Legislativas, partilha os atributos do originário, por ser inicial e juridicamente incondicionado.
- (B) A mutação constitucional é processo formal de alteração do texto da Constituição, conduzido pelo poder constituinte derivado reformador dentro dos limites do art. 60.
- (C) Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos, equivalem às emendas constitucionais.
- (D) Os tratados de direitos humanos internalizados pelo rito comum têm, segundo o STF, hierarquia constitucional e servem de parâmetro para o controle concentrado.
- (E) As normas constitucionais de eficácia limitada, mesmo antes da lei integradora, produzem efeito negativo, revogando a legislação anterior incompatível e impedindo a edição de normas contrárias.

Questão 14

Durante sessão legislativa marcada por intensa disputa política, foram discutidos diversos aspectos do processo de reforma da Constituição e da edição de medidas provisórias. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proposta de emenda pode ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros.
- (B) A matéria de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, vedação que, diversamente da dos projetos de lei, não se supera por maioria absoluta.
- (C) Aprovada em dois turnos em cada Casa, a emenda é enviada ao Presidente da República, que a promulga sem possibilidade de veto, por se tratar de manifestação constituinte.
- (D) O prazo da medida provisória fica suspenso no recesso, e o trancamento da pauta, segundo o STF, alcança todas as deliberações legislativas da Casa em que ela tramita.
- (E) A Constituição não pode ser emendada na vigência de estado de defesa, mas pode sê-lo durante intervenção federal, desde que a proposta não trate do ente sob intervenção.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15

Em março de 2017, órgão da Administração Pública federal concedeu a Marta, servidora, um adicional que passou a ser pago mensalmente a partir daquele mês. Em 2024, auditoria interna concluiu que a concessão havia sido ilegal, sem qualquer indício de má-fé da servidora.

No mesmo órgão, o ato de concessão inicial da aposentadoria de Jorge chegou ao Tribunal de Contas da União em fevereiro de 2018 e somente foi apreciado em junho de 2024, quando o Tribunal negou-lhe registro, sem prévia intimação do aposentado.

Considerando a Lei nº 9.784/1999 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A negativa de registro da aposentadoria de Jorge é inválida porque o TCU não o intimou previamente, garantia de contraditório que se aplica à apreciação inicial do ato.
- (B) Os dois atos ainda podem ser revistos, pois a autotutela administrativa e o controle externo, quando voltados a corrigir ilegalidade, não se sujeitam a prazo decadencial.
- (C) Não decaiu o direito de anular o ato de Marta, porque, nos atos com efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de cinco anos conta-se da ciência da ilegalidade pela Administração.
- (D) Decaiu o direito de anular o ato de Marta, e a negativa de registro da aposentadoria de Jorge é indevida, porque superado o prazo de cinco anos contado da chegada do processo ao TCU.



- (E) Decorridos cinco anos, o ato de Marta só pode ser anulado pelo Poder Judiciário, pois a autotutela se converte em controle judicial de legalidade.

Questão 16

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade é irretroativa, não incidindo sobre condenações já acobertadas pela coisa julgada.

II. Admite-se a responsabilização por ato de improbidade que cause lesão ao erário praticado com culpa grave, desde que demonstrado o efetivo prejuízo patrimonial.

III. A pessoa jurídica interessada tem legitimidade ativa para propor a ação de improbidade administrativa, concorrentemente com o Ministério Público.

IV. Nos processos em curso, sem condenação transitada em julgado, por ato culposo praticado antes da Lei nº 14.230/2021, impõe-se a extinção imediata da ação, sem que o juízo possa examinar a eventual existência de dolo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II e III, apenas.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, que dispõe sobre a estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná, com as alterações posteriores, assinale a afirmativa correta.

- (A) O estágio probatório é de dois anos de efetivo exercício no cargo, sendo obrigatória a avaliação especial de desempenho como condição para a aquisição da estabilidade.
- (B) Para Delegado de Polícia, os três anos de atividade jurídica ou policial são comprovados até a data da posse, e o concurso, de provas e títulos, tem participação da OAB em todas as fases.
- (C) O ingresso pode ocorrer em nível superior ao inicial quando o candidato apresentar títulos de pós-graduação, que são aproveitados para a promoção por titulação.

- (D) O Quadro Próprio da Polícia Civil é composto pelas carreiras de Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Perito Criminal.

- (E) Para Agente de Polícia Judiciária, exige-se curso superior completo em qualquer área, além de três anos de atividade jurídica ou policial comprovados até a posse.

Questão 18

Acerca da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis (Lei nº 14.735/2023), analise as afirmativas a seguir.

I. A polícia civil tem como chefe o Delegado-Geral de Polícia Civil, nomeado pelo governador e escolhido dentre os delegados de polícia em atividade da classe mais elevada do cargo, que deverá apresentar planejamento estratégico em até 30 dias após sua nomeação.

II. Para o cargo de oficial investigador de polícia, exige-se diploma de bacharel em Direito, em razão da natureza jurídica das atividades de investigação criminal.

III. O Corregedor-Geral de Polícia Civil deve ser designado pelo Delegado-Geral dentre os delegados de polícia da classe mais elevada.

IV. O perito oficial criminal integra o quadro de servidores de nível superior da polícia civil se o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado à estrutura da polícia civil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Direitos Humanos

Questão 19

Em determinado estado, uma chacina com fortes indícios de participação de agentes públicos completou dois anos sem conclusão do inquérito policial, com sucessivas trocas de presidência da investigação e relatos de intimidação de testemunhas. Organismos internacionais de direitos humanos já haviam dirigido recomendações ao Estado brasileiro sobre o caso, e entidades da sociedade civil passaram a defender a sua "federalização".

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STJ sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Procurador-Geral da República pode suscitar o deslocamento perante o STJ, em qualquer fase



do inquérito ou processo, exigindo-se demonstrar a incapacidade das instâncias locais.

- (B) O Procurador-Geral da República pode suscitar o deslocamento perante o STF, em qualquer fase do inquérito ou processo, para transferir o caso à Justiça Federal.
- (C) O Procurador-Geral da República pode suscitar o deslocamento perante o STJ, mas apenas depois do recebimento da denúncia, quando já instaurado o processo penal.
- (D) Para o deslocamento, basta a gravidade da violação de direitos humanos, sendo dispensável demonstrar falha ou incapacidade das autoridades estaduais.
- (E) A situação autoriza intervenção federal no estado, decretada pelo STJ a pedido do Procurador-Geral da República, com a consequente federalização da investigação.

Ciências Forenses

Questão 20

Em investigação de crime sexual, o material coletado da vítima continha mistura de DNA com grande predominância de material feminino. Em outro caso, a identificação de ossada antiga e degradada exigiu comparação com familiares. Sobre os marcadores genéticos usados na identificação humana, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fio de cabelo sem bulbo, em fase telógena, é a amostra preferencial para a tipagem de STR autossômicos, por concentrar mais DNA nuclear que a raiz do pelo.
- (B) O DNA mitocondrial, de herança materna e presente em grande número de cópias por célula, é útil em amostras degradadas e permite distinguir irmãos filhos da mesma mãe.
- (C) O haplótipo de Y-STR é compartilhado pelos homens da mesma linhagem paterna, sendo útil em misturas com predominância feminina, mas, em regra, não distingue irmãos, pai e filho.
- (D) Gêmeos monozigóticos podem ser diferenciados pelo perfil convencional de STR autossômicos, pois cada indivíduo possui um perfil genético único.
- (E) Os STR autossômicos têm herança uniparental materna e, por isso, são o marcador de escolha para confirmar o vínculo entre a ossada e a mãe presumida.



Folha de respostas

Código PCPR-DL-4401-6987 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.